Informativo do Servidor

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2026

Os servidores, em Assembleia, aprovaram a Pauta de Reivindicações 2026. Agora, o sindicato está cobrando da administração uma reunião para discutir e negociar os itens deliberados pela categoria. Confira:

Reajuste Salarial

14,61% + IPCA

Recomposição salarial e perdas

Acumulado de 12 meses

Auxílio Alimentação

R$ 1.468,13

Para todos os servidores e não terá natureza salarial, nem se integrará na remuneração.

Auxílio Médico Social

Aposentados e Pensionistas

O Auxílio Médico Social vai garantir aos servidores inativos a reparação da perda do Verocard.

Assistência Saúde

Concessão gratuita a todos os servidores de plano de saúde com assistência médica e hospitalar.

Conversão em Pecúnia

da Licença Prêmio

Pagamento em pecúnia da metade da licença prêmio de 90 dias, ficando o servidor com o direito de usufruir da outra metade.

Auxílio Refeição

R$ 1.268,88

Destinada a alimentação do trabalhador durante a jornada de trabalho na forma de cartão refeição.

Plano de Carreira

Implantação do plano de carreira (cargos e salários) para as categorias que ainda não possuem.

Pautas Específicas

Confira as reivindicações específicas de cada categoria, deste e dos anos anteriores ainda vigentes.
Aponte a câmera para o QR code.

Filie-se ao Sindicato!

Todos os dias na luta pelos servidores

O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Praia Grande atua diariamente em diversas frentes para defender direitos e buscar avanços para os servidores.

Recentemente conquistamos importantes vitórias em nível federal, como o Descongela e a Lei 15.326. Agora, nossa luta é garantir que esses direitos sejam efetivamente aplicados no município.

Seguimos também buscando diálogo com a administração municipal para tratar da pauta de reivindicações e do dissídio coletivo. Embora tenha sido criada uma comissão para estudar as propostas apresentadas pelo Sindicato, defendemos que os principais interessados — os servidores — também sejam ouvidos nesse processo.

Outra pauta importante é a implantação do Auxílio Médico Social para aposentados e pensionistas, alternativa construída após o cancelamento do auxílio alimentação.

Paralelamente, o Sindicato segue atendendo diariamente dezenas de demandas na Ouvidoria, sempre buscando soluções e providências quando necessário.

Mas é fundamental lembrar: a força do Sindicato depende da união e da participação dos servidores. Direitos são conquistados e preservados com mobilização coletiva. Por isso, fortaleça o seu Sindicato. Somente juntos poderemos garantir a manutenção de direitos e avançar em novas conquistas.

Atendentes de Educação 1 e EDIJs - Educadores de Desenv. Infantojuvenil

Sindicato denuncia à Promotoria omissão da Prefeitura no cumprimento da Lei 15.326

O sindicato denunciou ao Ministério Público a omissão da Prefeitura no cumprimento da Lei 15.326, que garante o reconhecimento dos profissionais da educação infantil como integrantes do magistério público da educação básica.

A nova legislação alterou a Lei do Piso do Magistério (Lei 11.738/2008) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), assegurando que profissionais que atuam diretamente com crianças e exercem função docente sejam enquadrados na carreira do magistério, independentemente da nomenclatura do cargo.

Com eficácia plena e imediata, a norma cria obrigação para os entes públicos realizarem o enquadramento desses profissionais, motivo pelo qual o Sindicato cobra providências diante da falta de aplicação da lei pelo município.

Após a denúncia, foi observado que a SEDUC disponibilizou um formulário para coleta de dados de escolaridade, informando que o município ainda realiza estudo técnico e financeiro para cumprir a lei.

Ouvidoria

Encontrou irregularidades em seu local de trabalho? A Ouvidoria trabalha de forma sigilosa garantindo segurança e respeito às informações apresentadas.

ACESSE AQUI

Redes Sociais

Diariamente o servidor público fica informado de todas as ações do Sindicato por meio de nossas redes sociais. Siga-nos!

SINDICATOPG